![hemobras_2 [Converted]2.jpg]()**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**INTERMEDIÁRIAS**

**2º TRIMESTRE DE 2021**

**EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA**

**HEMOBRÁS**













1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, doravante denominada “Hemobrás” ou “Companhia”, é uma empresa pública de personalidade jurídica de direito privado, sob controle da União, com prazo de duração indeterminado, constituída nos termos da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pelo Estatuto Jurídico das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016), pelo Decreto nº 8.945, de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem como atividade principal a produção e comercialização de medicamentos biotecnológicos e de medicamentos hemoderivados, a partir do fracionamento de plasma obtido no Brasil, vedada a comercialização somente dos produtos deles resultantes, podendo ser ressarcida pelos serviços de fracionamento, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001. Atualmente, os medicamentos produzidos pela Hemobrás são destinados para tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os principais produtos que serão distribuídos pela Hemobrás são a albumina, o complexo protrombínico, o fator IX, o fator VIII plasmático, o fator VIII recombinante, o fator de von Willebrand e a imunoglobulina.

A Hemobrás está sediada em Brasília-DF e possui três filiais no estado de Pernambuco, uma na cidade do Recife, e duas em Goiana.

Foram aprovadas em 19 de julho de 2021, pelo Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras, para fins de auditoria independente.

1. **ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**2.1.1 Surto de Coronavírus**

O surto do coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia, em 11 de março de 2020, com impactos relevantes nas economias dos países, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto.

O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil.

Em 2020, foi criado o Comitê de Crise para avaliar diariamente os impactos da pandemia nos negócios da Companhia e na saúde de todos os colaboradores e a Hemobrás adotou ações tempestivas, para o enfrentamento da COVID-19 e seus impactos, através de dois protocolos, o Protocolo de Continuidade do Negócio, objetivando garantir a execução dos processos e projetos críticos, destacadamente a distribuição de Fator VIII recombinante, as obras da fábrica e os projetos de Transferência de Tecnologia e o Protocolo de Resposta à Emergência, que visa, principalmente, a prevenção e redução da transmissibilidade do coronavírus, bem como a salvaguarda da vida dos empregados e respectivos familiares.

Em 2020, a Hemobrás não enfrentou dificuldades operacionais relacionadas à força de trabalho e com a implantação das medidas de contingência não foi necessário suspender as operações. A maioria das equipes realizaram suas atividades através de teletrabalho, principalmente as pessoas de grupo de risco, sendo mantido o trabalho presencial, para as atividades que assim demandavam, com o sistema de rodízio.

À medida que os efeitos da pandemia afetaram as regiões onde as distribuições de medicamentos da Hemobrás estão concentradas, a Companhia enfrentou dificuldades para realizar a logística de distribuição, principalmente para a Região Norte do país. Mesmo com as dificuldades, a Hemobrás em conjunto com o Ministério da Saúde antecipou as pautas previstas no contrato, permitindo a manutenção das entregas dentro dos prazos estabelecidos e sem qualquer tipo de consequência para os usuários.

Apesar da gravidade e ineditismo do cenário que vivemos, a demanda pelos medicamentos fornecidos pela Hemobrás ao Sistema Único de Saúde – SUS, não sofrem variação no seu consumo devido aos impactos da pandemia do coronavírus. Existe a necessidade dos usuários em utilizar os medicamentos para manutenção e preservação das condições normais de saúde e preservação da vida, não podendo existir descontinuidade do fornecimento pelo Ministério.

A Companhia continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e não sofreu impacto financeiro significativo no seu resultado operacional.

De outro lado, ocorreram impactos devido à desvalorização cambial do real, frente ao dólar norte-americano e ao euro, que colaboraram para o Resultado Financeiro Líquido negativo da Companhia durante o exercício de 2020 e agora no segundo trimestre de 2021 o real vem se valorizando frente ao dólar.

* **Abaixo está apresentado um resumo dos principais impactos nas demonstrações financeiras intermediarias em 30 de junho de 2021:**

**Redução do valor recuperável (“*impairment*”) e contratos onerosos** - A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia ("UGC"), se houver, não pode ser estimado com segurança no momento.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia julga que o modelo de *impairment* preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representa o cenário mais razoável. Como os impactos das premissas de longo prazo, resultantes da pandemia ainda são bastante incertos não foi possível avaliar, ainda, perda adicional por *impairment*. No entanto, quando for realizado estudo de revisão do *impairment test*, poderemos ter uma alteração significativa na abordagem aplicada para elaborar os fluxos de caixa descontados e, assim, poderá ter uma perda adicional por *impairment* em períodos subsequentes.

**Clientes -** não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeitas apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos de venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais até 30 de junho de 2021;

**Passivo com fornecedor em moeda estrangeira e variação cambial -** Em 31 de dezembro de 2020, a Hemobrás possuía passivos com fornecedores em moeda estrangeira (Dólar) que não estão protegidos por mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar riscos de perdas cambiais. A Administração tem conhecimento dos possíveis efeitos decorrentes da ausência de proteção e, para se resguardar, irá buscar proteger 25% da dívida em moeda estrangeira para diminuir os impactos cambiais no resultado líquido da Companhia.

Em 30 de junho de 2021, devido à valorização do Real frente ao Dólar norte-americano no segundo trimestre de 2021, houve um ganho líquido, por variação cambial, de R$21,9 milhões, no acumulado dos seis primeiros meses do ano. Os impactos da variação cambial ainda poderão apresentar perdas/ganhos adicionais até 31 de dezembro de 2021 que poderão impactar os resultados da Empresa no exercício de 2021. Cabe informar que a Hemobrás precisará pagar uma parcela do passivo, em moeda estrangeira, até dezembro de 2021, no valor nominal aproximado de US$24 milhões. Hoje a empresa possui caixa suficiente para liquidar a parcela prevista.

* 1. **Moeda funcional e apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional).

* 1. **Base de mensuração**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico.

* 1. **Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas: a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; a vida útil do ativo imobilizado; as perdas relacionadas a “contas a receber”; a recuperação do valor de ativos, incluindo intangíveis; e a elaboração de projeções para a realização de imposto de renda diferido, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

**2.5 Aderência à Lei Geral de Proteção de Dados**

A Hemobrás avaliou os efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados nos seus negócios visando garantir o cumprimento das disposições previstas na Lei e constatou que as adequações não afetam o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas. A adequação trata-se de uma reorganização e da reclassificação, principalmente, dos esquemas e metadados sensíveis (em relação aos dados pessoais) constantes das bases de dados. Dessa forma, entende-se que não há impactos na contabilidade, nem em provisões e tampouco impactos em ativos ou passivos contingentes.

**2.6** **Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazo registradas no balanço. A Administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

Em razão da pandemia mundial relacionada a COVID-19, que vem afetando todo o mundo, impactando a economia mundial e com sérios riscos a saúde pública, a Hemobrás informa que vem tomando as medidas preventivas necessárias visando minimizar ao máximo possível, eventuais impactos na saúde dos empregados e na continuidade operacional da Companhia.

1. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

* 1. **Caixa e Equivalente de Caixa**

Compreendem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

* 1. **Gestão de Riscos Financeiros**

**3.2.1 Fatores de Risco**

Parte significativa do passivo da Companhia com fornecedores está em moeda estrangeira, estando este sujeito as variações decorrentes da flutuação natural das moedas ou do impacto de fatores extraordinários como a pandemia provocada pela COVID-19.

A Administração realiza o gerenciamento de seus riscos financeiros e estabelece as políticas, observando, para tanto, os impactos resultantes da exposição cambial nos resultados da Companhia ou no capital de giro.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente.

Essa política tem como objetivo identificar os possíveis impactos e estabelecer, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros de crédito, sendo que todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos e não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

**3.2.2 Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros introduziu novas exigências para a classificação de ativos financeiros, que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável, que exigirá um reconhecimento mais efetivo; e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e *impairment test*, com maior divulgação sobre a atividade de gestão de risco.

**3.2.3 Risco de Crédito**

A Companhia possui como seu único cliente o Ministério da Saúde. O Risco de crédito está ligado a possíveis contingenciamentos orçamentários que determinem a necessidade de priorização de pagamentos. A Administração da Companhia não observa a existência de risco de não recebimento dos créditos oriundos das operações comerciais com o Ministério.

**3.2.4 Risco de Liquidez**

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e projetado, com base nos contratos vigentes com o Ministério da Saúde.

**3.2.5 Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros**

A Administração entende que a Empresa não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios.

Desta forma, no que se refere ao risco de variação cambial, a Companhia estima que, o cenário futuro de câmbio ainda está muito incerto devido aos efeitos da pandemia. A Companhia fez uma análise de risco e estabeleceu como meta no Plano Diretor Estratégico a contratação de um instrumento de proteção cambial que permita proteger a parcela da dívida a vencer em 2021.

* 1. **Clientes**

A Hemobrás não reconheceu, no segundo trimestre de 2021, as perdas em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que possui um único cliente, o Ministério da Saúde, que pagou todos os títulos que estavam em aberto, Exceto os títulos em trâmite de autorização e pagamento.

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, se houver.

* 1. **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD**

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração, que incluem a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

* 1. **Estoque**

Os insumos, as matérias-primas e os medicamentos estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os medicamentos são adquiridos em moeda corrente (Real).

* 1. **Imobilizado**

O CPC 27 – Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação e construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos. Os imobilizados são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

* 1. **Intangível**

Os intangíveis são representados por aquisição de licenças de uso de softwares e marcas adquiridas, e são registrados pelo custo de aquisição e/ou formação, que é amortizado, após a entrada em operação, sendo seus valores recuperáveis em função de suas operações. Os intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

* 1. **Ativo de direito de uso**

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em sua sede em Brasília-DF e em seu escritório operacional no Recife-PE. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

* 1. **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos**

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável – definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo –, esta é reconhecida no resultado do período.

* 1. **Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 – Arrendamento Mercantil, que entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019, estabeleceu os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamento. A norma introduz, para os arrendatários, um modelo único de contabilização do balanço patrimonial, no qual estes são requeridos a reconhecer um ativo de arrendamento refletindo os futuros pagamentos com a referida depreciação. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de depreciação do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento a uma taxa desconto ou incremental.

A Hemobrás avaliou a aplicação do CPC 06 para o exercício de 2020, em que foram identificados dois contratos de arredamento superiores a 12 meses. Os contratos vigentes se referem a arrendamento de imóveis para uso administrativo.

* 1. **Fornecedores**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidas/incorridas, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em (i) Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial; e (ii) Não Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

* 1. **Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis**

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja perda é considerada provável, conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Procuradoria Jurídica da Companhia, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência de seus assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

* 1. **Demais Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes**

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

* 1. **Partes Relacionadas**

A Companhia possui partes relacionadas: com a União e com o pessoal chave da Administração. As Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela Hemobrás, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

* 1. **Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente estabeleceu que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Companhia de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. No caso da Hemobrás, a obrigação de desempenho está prevista no contrato assinado com o Ministério da Saúde que prevê a aquisição de medicamentos recombinantes. A receita foi reconhecida integralmente em data específica no momento da venda.

* 1. **Tributos sobre o Lucro**

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro estabeleceu como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, no reconhecimento e na mensuração de seu tributo corrente ou diferido, com base no lucro tributável.

As interpretações apresentadas consideram que a Hemobrás deve utilizar em seu julgamento o estabelecido no CPC 32. No segundo trimestre de 2021, a Hemobrás concluiu que não há contabilização de posições incertas sobre os tributos sobre o lucro.

* 1. **Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Na Companhia o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos) conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 sujeito ao ajuste a valor presente.

* 1. **Demonstração do Valor Adicionado – DVA**

A Hemobrás elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. O *International Financial Reporting Standards – IFRS* não exige a apresentação dessa demonstração, mas ela é apresentada como parte adicional desta Companhia.

Essas demonstrações têm como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

* 1. **Moeda Estrangeira**

A Administração da Companhia adotou o real como sua moeda funcional, de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação do valor justo, quando este é utilizado.

1. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Fundo fixo |  |  | 16.001 |  | 12.012 |
| Banco conta movimento |  |  |  7.937  |  |  4.172  |
| Aplicações financeiras |  |  |  |  |  |
|  Aplicação extramercado CEF |  |  | 104.377.824 |  | 103.720.198 |
|  Aplicação extramercado BB |  |  | 849.820.499 |  | 729.263.548 |
| **Total** |  |  | **954.222.261** |  | **832.999.930** |

As disponibilidades são representadas substancialmente por fundos extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância no disposto nessa Resolução.

Os rendimentos estão vinculados à taxa média ao mês de 0,1828% para a aplicação extramercado, e o saldo das aplicações financeiras totaliza o valor de R$ 954,2 milhões.

1. **CLIENTES A RECEBER**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
|  Ministério da Saúde – medicamentos hemoderivados (5.a) |  | - |  | 6.266.248 |
|  Ministério da Saúde – medicamentos recombinantes (5.b) |  | 85.751.039 |  | 103.769.544 |
| **Total** |  |  | **85.751.039** |  | **110.035.792** |

**5.a Ministério da Saúde – Medicamentos Hemoderivados**

O saldo referente à prestação de serviços de gerenciamento do plasma de anos anteriores, foi baixado em junho de 2021, após a finalização da negociação com o Ministério da Saúde que culminou com a glosa financeira, devido a existência de medicamentos contratados e não entregues ou de plasma não fracionado, decorrentes da perda do certificado de Boas Práticas de fabricação, que impediram a distribuição dos medicamentos ou fracionamento do plasma enviado para fracionamento e que serão ressarcidos pelo transferidor de tecnologia à Hemobrás.

**5.b Ministério da Saúde – Medicamentos Recombinantes**

Trata-se de contas a receber referentes ao contrato celebrado entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde (Contrato nº 205/2019), cujo objeto é a aquisição de concentrado de fator de coagulação, fator VIII recombinante e pó liófilo para injetável, e cujo montante é de R$ 85,7 milhões.

**5.1 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO**

A composição de clientes a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:



Até 30 de junho de 2021, a Hemobrás não constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

Os valores a receber são oriundos de um único cliente, que é o Ministério da Saúde. No segundo trimestre de 2021 a Hemobrás não verificou impactos significativos decorrentes da pandemia do coronavírus. O prazo médio de recebimento dos valores a receber, do fornecimento do medicamento Fator VIII recombinante, se manteve abaixo de 60 dias, dentro do estabelecido no Plano Diretor Estratégico. Como o único cliente da Hemobrás é o Ministério da Saúde, caso a pandemia continue, por um longo período, poderá haver necessidade do Governo Federal contingenciar alguns pagamentos, ficando a Hemobrás sujeita as priorizações definidas pelo Ministério da Saúde. É importante a manutenção dos prazos médios alcançados no final do segundo trimestre de 2021, para a manutenção de níveis saudáveis de capital de giro.

1. **ESTOQUE**

**Concentrado de Fator VIII de Coagulação Recombinante – Hemo-8r**

No decorrer do segundo trimestre de 2021, a Hemobrás manteve a distribuição do concentrado de fator VIII de coagulação recombinante recebido da Baxalta GmbH. Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição, e o método utilizado para mensuração das saídas foi o custo médio ponderado. O valor realizável líquido da quantidade de estoque mantido para atender contratos de venda com o Ministério da Saúde no exercício corrente foi maior que o custo de aquisição; dessa forma, o estoque foi mensurado pelo custo de aquisição. Todos os medicamentos recombinantes foram adquiridos em moeda corrente.

O saldo em 30/06/2021 do medicamento concentrado de fator VIII de coagulação recombinante – Hemo-8r totaliza o montante de R$ 81,8 milhões.

**Gestão do Plasma**

Para o plasma estocado em 2019, no valor total de R$ 9,4 milhões, foram emitidos o Parecer nº 00890/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, referente à consulta acerca da viabilidade legal para realizar parceria entre a Hemobrás e as empresas interessadas para doação de plasma humano, e o Despacho nº 4766/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, que aprovou esse Parecer, adotando fundamentos e conclusões no sentido de que a doação com encargo do plasma humano estocado na Hemobrás às empresas interessadas, insuscetível de utilização/fracionamento para uso humano, não constitui afronta à decisão judicial proferida na Ação Civil Pública – ACP registrada sob o nº 0812772-19.2017.4.05.8300, nem, tampouco no caso específico em análise, afronta o §4º do art. 199 da Constituição Federal; acrescentando ainda, quanto à destinação do plasma, que hipotética e eventualmente possa servir de insumo na fabricação de bens.

Em 2020, o saldo da conta deste plasma, está com o montante de R$ 9,3 milhões, para a conta matéria-prima – plasma (FE), em 2021 foi realizado um contrato com a Octapharma para fazer o francionamento do plasma estocado no armazém da Hemobrás.

O estoque de plasma sob a responsabilidade do Laboratório Francês de Fracionamento e Biotecnologia – LFB S/A, no montante de R$12,3 milhões, foi em sua totalidade classificado para a conta de provisão para perda de estoque no exercício de 2019 e até 30 de junho de 2021 não foi possível efetivar a baixa da provisão, em virtude de trâmites documentais.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Matéria-prima – plasma |  |  | - |  | - |
| Matéria-prima – plasma (FE) |  |  | 8.721.032 |  | 9.321.156 |
| Produtos em elaboração |  |  | 9.293.790 |  | 9.293.790 |
| Produtos para revenda e acabados – medicamentos |  |  |  |  |
|  Concentrado de fator VIII recombinante 250 UI |  | 7.607.563 |  | 4.865.392 |
|  Concentrado de fator VIII recombinante 500 UI |  | 29.403.216 |  | 20.873.348 |
|  Concentrado de fator VIII recombinante 1.000 UI |  | 44.791.327 |  | 121.481.381 |
| (-) Provisão para perda de estoque |  |  |  (12.351.077) |  |  (12.351.077) |
| Estoque – material de uso/consumo |  |  | 3.732.605 |  | 3.655.489 |
| Importações em andamento – estoque |  |  | 3.057.287 |  | 10.653.546 |
| **Total** |  |  | **94.255.744** |  | **167.793.026** |

1. **IMPOSTOS A RECUPERAR**

Em relação aos tributos recuperáveis, houve uma baixa de R$ 2,6 milhões de créditos tributários decorrente das operações de venda de medicamentos para o Ministério da Saúde proveniente da apuração do resultado do segundo trimestre de 2021. Em 30/06/2021, o saldo de impostos a recuperar no montante de R$ 27,5 milhões é composto pelos seguintes tributos:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| IRRF a recuperar |  |  | 2.100.006 |  | 2.883.078 |
| CSLL a recuperar |  |  | 883.471 |  | 2.719.768 |
| ISS a recuperar |  |  | 21.851 |  | - |
| PIS a recuperar |  |  | 4.435.018 |  | 5.736.983 |
| COFINS a recuperar |  |  | 18.188.505 |  | 34.881.177 |
| PIS |  |  | 27.690 |  | 27.690 |
| COFINS |  |  | 132.268 |  | 132.268 |
| ISS |  |  | 613.718 |  | 21.485 |
| ICMS-DF |  |  | 78.655 |  | 78.655 |
| IRPJ saldo negativo DIPJ 2014/2015 |  |  | 325.141 |  | 322.411 |
| CSLL saldo negativo DIPJ 2014/2015 |  |  | 2.069 |  | 2.052 |
| CSLL saldo negativo DIPJ 2013/2014 |  |  | 121.917 |  | 120.959 |
| CSLL saldo negativo DIPJ 2011/2012 |  |  | 131.225 |  | 130.288 |
| IRPJ saldo negativo DIPJ 2015/2016 |  |  | 5.508 |  | 5.457 |
| CSLL saldo negativo DIPJ 2015/2016 |  |  | 2.364 |  | 2.342 |
| Outros impostos a compensar |  |  | 432.429 |  | 429.238 |
| **Total** |  |  | **27.501.833** |  | **47.493.851** |

1. **ADIANTAMENTO DE CONVÊNIOS E ASSEMELHADOS**

Em 30/06/2021, a Hemobrás possui um saldo de convênios em aberto no montante de R$ 2,2 milhões. No primeiro trimestre de 2021, foi realizada a prestação de contas do convênio da Fiocruz, sendo baixado o saldo de R$ 721,8 mil, referente a primeira parcela paga a Hemobrás.

Os convênios listados abaixo foram apresentados à Hemobrás para prestação de contas e ainda estão sendo analisados pela área responsável.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Adiantamento a fornecedores |  |  |  |  |  |
|  Adiantamento a fornecedores |  |  | 251.962 |  | 251.962 |
| Adiantamento a convênios |  |  |  |  |  |
|  Organização Pan-Americana da Saúde – Opas |  | 1.567.100 |  | 1.567.100 |
|  Fiocruz/Fiotec – TC 83/2010 |  | 721.795 |  | 1.510.758 |
| Adiantamento a funcionários |  |  |  |  |  |
|  Adiantamento de férias |  |  | 393.559 |  | 567.174 |
|  Adiantamento de 13º salário |  |  | 1.076.890 |  | 5.152 |
| Adiantamento de viagem  |  |  |  |  |  |
|  Empregados/colaboradores |  |  | 12.234 |  | 24.310 |
| **Total** |  |  | **4.023.541** |  | **3.926.456** |

1. **OUTROS CRÉDITOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Encargos a recuperar – fornecedor (9.a) |  | 7.956.556 |  | 8.405.926 |
| Seguros/garantia a apropriar (9.b) |  |  | 2.271.003 |  | 365.852 |
| Custos de medicamentos a apropriar (9.c) |  | 696.422 |  | 581.627 |
| Cessão de licença de uso de software a apropriar |  | 1.410.406 |  | 38.876 |
| Depósitos judiciais (10.a) |  |  | 833.717 |  | 437.546 |
| Bloqueio Judicial |  |  | 104 |  | 44.304 |
| Outros créditos |  |  | 32.804 |  | 29.654 |
| **Total** |  |  | **13.201.012** |  | **9.903.785** |

**9.a Encargos a Recuperar – Fornecedor**

A conta de Encargos a Recuperar, no montante de R$ 7,9 milhões, é composta pelas notas de crédito de valores a serem ressarcidos pelo transferidor de tecnologia dos medicamentos hemoderivados. Os valores foram renegociados e formalizados com a assinatura de aditivo contratual, em 2020, prevendo o ressarcimento dos valores (reais e dólares norte-americanos) até 2023, no total de R$ 12,8 milhões e US$ 20,9 milhões.

**9.b Seguros/Garantia a Apropriar**

O saldo da conta Seguros/Garantia a Apropriar, no valor de R$ 2,2 milhões, diz respeito à contratação de seguro total dos medicamentos, bens móveis e do parque fabril localizado em Goiana-PE.

**9.c Custos de Medicamentos a Apropriar**

O saldo da conta de Custos de Medicamentos a Apropriar, no montante de R$ 696,4 mil, refere-se à composição de salário, encargos e armazenamento dos medicamentos no aeroporto de Recife-PE, a ser apropriado quando da nacionalização dos medicamentos recombinantes importados.

1. **DEPÓSITOS JUDICIAIS**

**10.a Outros Créditos – Depósitos Judiciais – Circulante**

O saldo da conta de Depósitos Judiciais, classificados em Outros Créditos, no Circulante, totaliza o valor de R$ 833,7 mil e refere-se a depósitos recursais, que entraram no polo ativo da Hemobrás durante o exercício de 2018 e 2º trimestre de 021. Os valores são atualizados pela taxa Selic.

**10.b Depósitos Judiciais – não Circulante**

Na conta de Depósitos Judiciais estão reconhecidos, principalmente, os depósitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL oriundos do processo de pedido de imunidade tributária e um depósito recursal. Os valores estão sendo atualizados pela Selic, porém as atualizações referentes aos depósitos da CSLL estão sendo classificadas como contingências no Passivo Circulante. O saldo da conta em 30 de junho de 2021 era de R$ 12,8 milhões.

1. **IMOBILIZADO**

No imobilizado estão os bens destinados à operação da Hemobrás e são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens é superior aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 30 de junho de 2021 era de R$ 881,9 milhões.

Aplicamos a taxa de (4% a 10% ao ano) para máquinas e equipamentos para laboratório, máquinas e equipamentos em poder de terceiros e edifício. Para os periféricos, equipamentos de processamento de eletrônicos e softwares foi aplicada a taxa de (12,50% a 14,29% ao ano). Para os demais ativos adotamos a taxa de (16,67% a 20% ao ano).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Composição do imobilizado** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
| **Custo/Perdas** | **Depreciação** | **Saldo Líquido** | **Saldo Líquido** |
| **Acumulada** |   |
| Edifícios | 112.802.328 | -6.000.539 | 106.801.789 | 108.250.387 |
| Obras Preliminares e Complementares | 3.706.191 | -160.602 | 3.545.590 | 3.619.713 |
| Móveis e Utensílios | 1.857.770 | -1.205.069 | 652.701 | 708.151 |
| Máquinas e Equipamentos | 1.351.567 | -288.833 | 1.062.733 | 634.775 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 45.482 | -31.723 | 13.759 | 18.307 |
| Computadores e Periféricos | 5.242.046 | -4.026.925 | 1.215.120 | 1.097.126 |
| Máquinas e Equipamentos de Laboratório | 12.084.875 | -9.264.352 | 2.820.523 | 3.392.215 |
| Imobilizado em Andamento (11.a) | 777.281.102 | - | 777.281.102 | 762.391.426 |
| Imobilizado em Poder de Terceiros | 5.195.901 | -4.328.197 | 867.703 | 937.821 |
| Arrendamento Mercantil | 2.423.615 | -693.587 | 1.730.028 | 2.423.615 |
| *Impairment Test* (11.b) | -10.012.157 | -  | -10.012.157 | -10.012.157 |
| **Total** | **911.978.718** | **-25.999.828** | **885.978.890** | **873.461.379** |

**11.a Imobilizado em Andamento**

A conta de Imobilizado em Andamento é composta por edificações, máquinas e equipamentos que ainda não entraram em operação por não estarem concluídos ou instalados. O saldo dessa conta contempla todos os gastos com mão de obra, materiais, peças etc., e em 30 de junho de 2021, representava o montante de R$ 777,28 milhões.

**11.b *Impairment Test***

Em 2020, foi realizado o teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado CPC 01R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, avaliação da vida útil do imobilizado e do intangível. A empresa contratada para a realização dos testes foi a Convergy Serviços e Contabilidade LTDA, que concluiu que não houve perda por desvalorização no exercício. O montante avaliado foi de R$ 873,4 milhões.

A Convergy apontou a necessidade de ajustes e alterações na conta de edifícios. Durante os trabalhos foi verificado que os edifícios da fábrica foram concebidos e realizados da forma mais conservadora e qualitativa em termos de construção, com expectativa de durabilidade e vida útil superior a 50 anos. Desta forma, houve a recomendação de que a Administração considerasse a adoção de vida útil mínima de 50 anos e valor residual de 20% para novas aquisições ou ativos em colocação a serviço ou funcionamento, classificados como edifícios, o que seria apropriado em resultado a partir de 1º de janeiro de 2020.

A empresa também recomendou criar o grupo de ativo “Máquinas de Produção” para o reconhecimento das máquinas de produção de hemoderivados ou produção em geral, considerando uma vida útil de 20 anos (taxa de depreciação de 5% a.a.) e um valor residual de 20% (vinte por cento) do seu custo de aquisição

No decorrer do segundo trimestre de 2021, a Hemobrás realizou os ajustes recomendados pela empresa, no que se refere à alteração na vida útil da conta de edifícios.

**11.c Obras**

No decorrer do segundo trimestre de 2021, houve a continuidade das obras de conclusão do bloco de embalagem de medicamentos (B04), que tem a previsão de entrar em operação no exercício de 2021. Foram iniciadas também as obras de engenharia civil e outras disciplinas complementares infraestruturais nos demais blocos da fábrica que estão em construção, com previsão de conclusão no terceiro semestre de 2021.

Em relação aos impactos da COVID-19, referente às obras a Hemobrás está monitorando os possíveis efeitos e até 30/06/2021 o andamento das obras está dentro da normalidade.

* 1. **Movimentação do Imobilizado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Movimentação do Imobilizado** |  |  |
| **31/12/2020** | **30/06/2021** |
| **Saldo Líquido** | **Aquisições** | **Transferências, Baixas** | **Depreciação**  | **Saldo Líquido** |
|  |   | **e Reclassificações** |  |  |
| Edifícios | 108.250.387 | - | -869.702 | -578.896 | 106.801.789 |
| Obras Preliminares e Complementares | 3.619.713 | - | - | -74.124 | 3.545.590 |
| Móveis e Utensílios | 708.151 | 14.442 | - | -69.891 | 652.701 |
| Máquinas e Equipamentos | 634.775 | 471.795 | - | -43.837 | 1.062.733 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 18.307 | - | - | -4.548 | 13.759 |
| Computadores e Periféricos | 1.097.126 | - | - | 117.994 | 1.215.120 |
| Máquinas e Equipamentos de Laboratório | 3.392.215 | - | - | -571.692 | 2.820.523 |
| Imobilizado em Andamento (11.a) | 762.391.426 | 14.889.676 | - | - | 777.281.102 |
| Imobilizado em Poder de Terceiros | 937.821 | - | - | -70.117 | 867.703 |
| Arrendamento Mercantil | 2.423.615 | - | -  | -693.587 | 1.730.028 |
| *Impairment Test* (11.b) | -10.012.157 | -  | -  | -  | -10.012.157 |
| **Total** | **873.461.379** | **15.375.913** | **-869.702** | **-1.988.699** | **885.978.890** |

1. **INTANGÍVEL**

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 30 de junho de 2021 correspondia ao montante de R$ 16,4 milhões, conforme quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Composição do Intangível** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|  | **Custo/Perda** | **Amortização Acumulada** | **Saldo Líquido** | **Saldo Líquido** |
| Marcas  | 458.977 | -349.485 | 109.492 | 133.212 |
| Softwares | 18.052.849 | -9.799.129 | 8.253.720 | 9.066.305 |
| Intangível em Andamento | 8.116.705 | - | 8.116.705 | 8.116.705 |
| *Impairment Test* | -60.040 | - | -60.040 | -60.040 |
| **Total** | **26.568.491** | **-10.148.614** | **16.419.877** | **17.256.182** |

**12.1 Movimentação do Intangível**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Movimentação do Intangível** | **31/12/2020** | **30/06/2021** |
| **Líquido** | **Aquisições** | **Transferências, Baixas** | **Amortização** | **Líquido** |
|  |  | **e Reclassificações** |  |  |
| Marcas  | 133.212 | - | -  | -23.720 | 109.492 |
| Softwares | 9.066.305 | 25.514 | -  | -838.099 | 8.253.720 |
| Intangível em Andamento | 8.116.705 | - | -  | -  | 8.116.705 |
| *Impairment Test* | -60.040 | -  | -  | -  | -60.040 |
| **Total** | **17.256.182** | **25.514** | **-** | **-861.819** | **16.419.877** |

1. **FORNECEDORES**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Fornecedores de serviços |  |  | 7.193.313 |  | 6.871.297 |
| Fornecedores estrangeiros |  |  | 379.556.547 |  | 444.803.705 |
| **Circulante** |  |  | **386.749.860** |  | **451.675.003** |
|  |  |  |  |  |  |
| Fornecedores estrangeiros |  |  |  |  |  |
|  Takeda |  |  | 359.724.710 |  | 373.714.052 |
| **Não circulante** |  |  | **359.724.710** |  | **373.714.052** |
| **Total** |  |  | **746.474.570** |  | **825.389.055** |

Em 2018, foi assinado o segundo aditivo ao contrato de licença e transferência de tecnologia. Esse aditivo prevê investimento pela Takeda de até US$ 250 milhões na fábrica do medicamento fator VIII recombinante e, como contrapartida, a Hemobrás oferece exclusividade na compra dos seus produtos. O pagamento a esse fornecedor foi acordado em sete parcelas anuais.

Em 30 de junho de 2021, a Hemobrás possuía obrigações com fornecedores no montante de R$ 746,4 milhões, sendo mais de 93% dessa dívida com a Baxalta GmbH devido ao fornecimento de medicamentos em períodos anteriores.

Devido à valorização do real frente ao dólar norte-americano, houve um ganho líquido na Hemobrás, por variação cambial, de R$ 21,9 milhões, nos seis primeiros meses de 2021. Os impactos da variação cambial foram favoráveis a Companhia, impactando diretamente no resultado do segundo trimestre de 2021. Cabe informar que a Hemobrás precisará pagar uma parcela do passivo, em moeda estrangeira, até dezembro de 2021, no valor aproximado de US$ 24 milhões. Hoje a empresa possui caixa suficiente para liquidar a parcela prevista.

1. **OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

O saldo da conta de obrigações tributárias no montante de R$ 22,67 milhões é composto pelos seguintes tributos a recolher:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Retenção IRRF |  |  | 195.312 |  | 359.152 |
| IRPJ a recolher |  |  | 18.265.294 |  | 5.791.783 |
| CSLL a recolher |  |  | 2.995.430 |  |  |
| Retenção INSS sobre serviços de terceiros PJ |  | 279.821 |  | 363.343 |
| Retenção Lei nº 10.833/2003 |  |  | 356.955 |  | 640.324 |
| Contribuição sindical |  |  | 29 |  | 29 |
| ISS – Distrito Federal |  |  | 1.657 |  | 1.576 |
| ISS – Recife-PE |  |  | 17.252 |  | 17.929 |
| ISS – Goiana-PE |  |  | 156.611 |  | 179.913 |
| IRRF a recolher |  |  | 399.807 |  | 725.731 |
| ICMS – diferencial de alíquota |  |  | 6.497 |  | 30.319 |
| **Total** |  |  | **22.674.663** |  | **8.110.099** |

1. **OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

As obrigações sociais se referem às provisões de férias e aos encargos sociais vinculados às provisões trabalhistas, que totalizam R$ 6,9 milhões.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Outras obrigações sociais |  |  | 180.965 |  | 171.311 |
| Provisões trabalhistas |  |  |  |  |  |
|  Encargos a recolher |  |  | 957.272 |  | 895.746 |
|  Provisão de férias |  |  | 3.277.825 |  | 3.126.521 |
|  Encargos sobre provisão de férias |  |  | 1.131.657 |  | 1.087.471 |
|  Provisão de 13º Salário |  |  | 1.010.607 |  | 0 |
|  Encargos sobre provisão de 13º |  |  | 362.206 |  | 0 |
| **Total** |  |  | **6.920.532** |  | **5.281.049** |

1. **PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS**

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista e cível. A provisão foi constituída considerando a análise da Procuradoria Jurídica para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas no montante de R$ 5,27 milhões.

* 1. **Risco de Perda Provável**

A provisão classificada como perda provável é composta por ações de natureza trabalhista, cível e tributária, demonstradas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Contingências trabalhistas |  |  | 876.667 |  | 667.102 |
| Contingências cíveis |  |  | 4.196.321 |  | 5.338.518 |
| CSLL – atualização monetária |  |  | 197.414 |  | 159.770 |
| **Total** |  |  | **5.270.402** |  | **6.165.389** |

* 1. **Movimentação de Demandas Judiciais**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   | **Saldo em 2020** | **Provisões adicionais do período** | **Valores utilizados no período** | **Valores revertidos no período** | **Saldo em 30/06/2021** |
| Total de demandas |  6.005.620  |  337.852  |  -  |  (1.270.483) |  5.072.988  |
| Demandas cíveis |  5.338.518  |   |   |  (1.142.197) |  4.196.321  |
| Demandas trabalhistas |  667.102  |  337.852  |   |  (128.286) |  876.667  |

* 1. **Risco de Perda Possível**

As ações classificadas como perda possível são compostas por ações de natureza trabalhista e cível, demonstradas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Contingências trabalhistas |  |  | 442.013 |  | 478.355 |
| Contingências cíveis |  |  | 50.312.487 |  | 55.188.560 |
| **Total** |  |  | **50.754.500** |  | **55.666.916** |

1. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Capital social – governo federal (17.a) |  |  | 1.248.320.671 |  | 1.218.334.955 |
| Prejuízos acumulados (17.b) |  |  |  (196.279.633) |  |  (276.408.489) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (17.a) |  |  |  |  |
|  AFAC – 2017 |  |  | 240.410.500 |  | 270.396.216 |
|  AFAC – 2018 |  |  | 5.613.892 |  | 5.613.892 |
| **Total** |  |  | **1.298.065.430** |  | **1.217.936.574** |

**17.a Capital Social/Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**

Em 2021, ocorreu a integralização do capital social no montante de R$ 29,98 milhões, proveniente dos recursos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, conforme Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 23 de abril de 2021. Após a integralização, o capital social passou a ser de R$ 1,248 bilhões.

**17.b Prejuízos Acumulados**

Após o encerramento do exercício, foi apurado um resultado positivo de R$ 80,1 milhões. Em razão de prejuízos acumulados de exercícios anteriores (2020 – R$ 270 milhões), o saldo apurado em 30 de junho de 2021 está negativo em R$ 196,2 milhões.

1. **RECEITA DE VENDAS**

A receita da Companhia no segundo trimestre de 2021 é decorrente de vendas do medicamento fator VIII recombinante para o Ministério da Saúde, cujo valor foi de R$ 458,5 milhões.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **01/04/2021 à 30/06/2021** |  |  **01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Receita operacional bruta  |  |  | 263.040.000 |  | 458.520.000 |  | 170.730.875 |  | 391.682.190 |
| (-) Deduções da receita bruta |  |  |  |  |  |  |  |  | - |
| **Total** |  |  | **263.040.000** |  | **458.520.000** |  | **170.730.875** |  | **391.682.190** |

1. **CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS**

O custo dos produtos vendidos apresenta a seguinte composição:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **Acumulado do atual exercício 01/04/2021 à 30/06/2021** |  | **Acumulado do atual exercício 01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **Acumulado do exercício anterior 01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **Acumulado do exercício anterior 01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Custo dos produtos vendidos |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  Custo de aquisição |  |  |  (160.446.760) |  |  (302.876.654) |  |  (123.002.458) |  |  (283.268.627) |
|  Frete |  |  |  (1.155.596) |  |  (2.181.429) |  |  (4.359.514) |  |  (7.298.909) |
|  Demais custos\* |  |  |  (1.718.641) |  |  (3.244.292) |  |  (1.715.066) |  |  (2.806.282) |
| **Total** |  |  | **(163.320.997)** |  | **(308.302.375)** |  | **(129.077.039)** |  | **(293.373.818)** |

\* Demais custos compreendem pessoal, encargos e armazenamento.

Em relação ao custo de produtos vendidos, a variação foi resultado do aumento do preço de compra do medicamento. A redução no valor do frete deveu-se a alteração do modal aéreo para o marítimo.

1. **SALÁRIOS E ENCARGOS**

A seguir estão as principais variações das despesas administrativas entre os anos:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **01/04/2021 à 30/06/2021** |  |  **01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Salários e Encargos |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  Remuneração |  |  |  (4.530.251) |  |  (8.554.794) |  |  (4.188.434) |  |  (8.225.260) |
|  INSS |  |  |  (1.397.478) |  |  (2.661.373) |  |  (1.186.410) |  |  (2.437.356) |
|  Auxílio Alimentação |  |  |  (485.259) |  |  (947.510) |  |  (472.803) |  |  (935.491) |
|  Férias |  |  |  (476.604) |  |  (1.048.878) |  |  (454.143) |  |  (925.296) |
|  FGTS |  |  |  (434.098) |  |  (799.394) |  |  (440.033) |  |  (802.698) |
|  13º Salário |  |  |  (348.351) |  |  (691.072) |  |  (343.081) |  |  (690.869) |
|  Assistência Médica |  |  |  (171.344) |  |  (318.864) |  |  (144.788) |  |  (290.397) |
|  Outros |  |  |  (65.467) |  |  (129.898) |  |  (53.335) |  |  (121.248) |
| **Total** |  |  |  **(7.908.852)** |  | **(15.151.783)** |  |  **(7.283.026)** |  | **(14.428.614)** |

O acréscimo nas contas de Remuneração, INSS, Auxílio Alimentação, Férias, FGTS, 13º Salário e Plano de Saúde que totaliza o montante de R$ 7,9 milhões no trimestre de 2021, deve-se a concessão de aumento salarial devido aos acordos coletivos de trabalho – ACT de 2021/2022.

1. **DESPESAS GERAIS**

O saldo da conta de despesas gerais totaliza o valor de (R$ 7,8 milhões) no primeiro trimestre de 2021 e é composto pelas contas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **01/04/2021 à 30/06/2021** |  |  **01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Despesas Gerais |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  Conservação e Manutenção (21.b) |  |  |  (2.402.529) |  |  (4.437.874) |  |  (2.083.302) |  |  (3.437.096) |
|  Serviços de Terceiros (21.c) |  |  |  (1.686.213) |  |  (3.318.158) |  |  (1.261.420) |  |  (2.407.557) |
|  Movimentação e Armazenagem (21.a) |  |  |  (1.444.885) |  |  (2.799.071) |  |  (1.805.557) |  |  (5.497.662) |
|  Seguros (21.e) |  |  |  (945.415) |  |  (1.840.266) |  |  (916.459) |  |  (1.912.122) |
|  Utilidades (21.d) |  |  |  (792.715) |  |  (1.689.815) |  |  (791.538) |  |  (1.577.167) |
|  Alugueis e Condomínio |  |  |  (330.929) |  |  (651.705) |  |  (487.345) |  |  (962.144) |
|  Perdas ou Glosa |  |  |  (609.316) |  |  (589.723) |  |  (1.040) |  |  (38.187) |
|  Consumo de Materiais |  |  |  (41.732) |  |  (83.878) |  |  (23.121) |  |  (108.167) |
|  Passagens e Diárias |  |  |  (37.392) |  |  (77.834) |  |  (32.081) |  |  (202.017) |
|  Despesas Legais e Judiciais |  |  |  -  |  |  -  |  |  (472.548) |  |  (5.243.942) |
|  Outras Despesas Gerais |  |  |  (1.151.490) |  |  (1.795.109) |  |  (748.355) |  |  (1.408.210) |
| **Total** |  |  |  **(9.442.616)** |  | **(17.283.434)** |  |  **(8.622.765)** |  | **(22.794.270)** |

**21. a Movimentação e Armazenagem**

O saldo da conta Armazenagem e Distribuição no montante de (R$1,4 milhões) no trimestre de 2021 refere-se ao valor pago pela armazenagem dos medicamentos da Hemobrás e pelo transporte para distribuição dos medicamentos fator VIII recombinante.

**21. b Conservação e Manutenção**

O valor da Despesa com Conversação e Manutenção no total de (R$2,4 milhões) no trimestre de 2021 corresponde principalmente ao serviço de manutenção de equipamentos, serviço de caráter preventivo e corretivo nas instalações elétrico-prediais e ao serviço de Revisão de Atividade de Suporte (SAR) do sistema ERP.

**21. c Serviços de Terceiros**

Os serviços de terceiros totalizaram (R$1,6 milhões) no trimestre de 2021 e equivalem, em maior parte, aos serviços de vigilância e ao serviço de locação de veículo com motorista. Também estão presentes neste grupo de despesas, os gastos com auditoria contábil, almoxarife, copeiragem, entre outros serviços prestados.

**21.d Utilidades**

As utilidades que somaram (R$ 792,9 mil) no trimestre de 2021 são compostas pelas despesas com energia elétrica, internet, limpeza e conservação, telefonia fixa e móvel.

**21.e Seguros**

O aumento é explicado pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao parque fabril em Goiana-PE, seu acréscimo deve-se ao início da operação do armazém de medicamentos (Bloco B05) na Fábrica da Hemobrás. O valor reconhecido no segundo trimestre de 2020 perfaz o valor de (R$945.415).

**21.e.1 Cobertura de Seguros**

A Hemobrás tem contratado seguros buscando a proteção do seu patrimônio, para a eventualidade de ocorrência de sinistros. Todas as apólices possuem vigência de 12 meses. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 30 de junho de 2021 podem ser assim demonstradas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Seguradora** | **Cobertura** | **Prêmio** |
| Generali do Brasil | Seguro da fábrica e de medicamentos. | R$ 3.715.306 |
| Tokio Marine Seguradora S.A. | Seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores da Companhia. | R$49.617 |
| Sompo Seguros | Seguro contra sinistros para o escritório operacional em Recife-PE. | R$ 3.793 |

1. **OUTRAS DESPESAS / RECEITAS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **01/04/2021 à 30/06/2021** |  |  **01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Outras Receitas e Despesas |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  Receitas de Multas Contratuais  |  |  |  -  |  |  11.510  |  |  -  |  |  25.676  |
|  Indenização Processos Judiciais |  |  |  94.058  |  |  94.058  |  |  |  |  |
|  Reversão de Provisão de Demanda (22.a) |  |  |  -  |  |  1.270.483  |  |  201.572  |  |  201.572  |
|  Recebimento de Cedidos |  |  |  86.157  |  |  125.663  |  |  24.811  |  |  119.962  |
|  Devolução de Diárias - Pessoal |  |  |  -  |  |  210  |  |  -  |  |  97  |
|  Recuperação de Pagamento a Maior (22.b) |  |  |  9.578.441  |  |  9.578.441  |  |  -  |  |  54.026  |
|  COFINS Não Recuperado (22.c) |  |  |  (7.117.985) |  |  (7.117.985) |  |  |  |  |
|  PIS Não Recuperado |  |  |  (26.912) |  |  (26.912) |  |  |  |  |
|  Custo de Exercícios Anteriores (22.d) |  |  |  (7.596.258) |  |  (7.596.258) |  |  |  |  |
|  Baixas de Imobilizado |  |  |  (605.122) |  |  (605.122) |  |  |  |  |
|  Serviço de Gravação das Reuniões do Conselho |  |  |  |  |  |  |  -  |  |  (3.499) |
|  Doações indedutíveis |  |  |  (330) |  |  (480) |  |  (250) |  |  (250) |
| **Total** |  |  |  **(5.587.952)** |  |  **(4.266.393)** |  |  **226.133**  |  |  **397.582**  |

**22.a Reversão Provisão Demandas Judiciais**

Nesta conta foi contabilizada a reversão de provisão de demandas judiciais que estava provisionada em 2020, a conta, totaliza o valor de R$ 1,27 milhão, nos seis primeiros meses de 2021.

**22.b Recuperação de Pagamento a Maior**

No segundo trimestre de 2021 a Hemobrás recebe cerca de R$ 9,5 milhões referente ao ressarcimento contratual pelo transferidor de tecnologia dos medicamentos hemoderivados.

**22.c COFINS Não Recuperado**

No início do exercício de 2021 foi realizado um trabalho de apuração de créditos disponíveis para o uso em apurações de tributos. No decorrente do levantamento foi havia cerca de R$ 7,1 milhões, referente ao adicional de 1,00% de COFINS que estava na composição da conta de COFINS a Recuperar e que não podia ser usada, dessa forma, foi realizado a reclassificação da conta para COFINS não recuperado, regularizando, assim, o saldo da conta.

**22.d Custo de Exercícios Anteriores**

O valor de R$ 7,59 milhões provem da importações em andamento relativo ao contrato de fracionamento do plasma com o fracionador antigo, que após a assinatura contratual de ressarcimento o valor que estava registrado relativo ao contrato de fracionamento foi baixado.

1. **RESULTADO FINANCEIRO – LÍQUIDO**

No segundo trimestre de 2021, o saldo de Resultado Financeiro Líquido perfez o valor de (R$ 60,3 milhões). O saldo de variação cambial perfez um valor de R$ 72,1 milhões, o que colaborou para que a Companhia tivesse um resultado financeiro positivo no referido trimestre.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **R$ 1**  |  | **R$ 1**  |
| **Descrição** |  |  | **01/04/2021 à 30/06/2021** |  |  **01/01/2021 à 30/06/2021** |  | **01/04/2020 à 30/06/2020** |  | **01/01/2020 à 30/06/2020** |
| Rendimento de aplicações financeiras |  |  |  5.877.576  |  |  6.805.605  |  |  10.316.061  |  |  19.762.714  |
| Variação cambial ativa |  |  |  73.028.058  |  |  73.551.544  |  |  502.947  |  |  1.690.529  |
| Variação cambial passiva |  |  |  (778.693) |  |  (51.592.342) |  | (34.718.978) |  |  (175.285.140) |
| Juros Passivos |  |  |  (190.088) |  |  (720.225) |  |  -  |  |  (4.782.686) |
| Multas Passivas |  |  |  (26) |  |  (26) |  |  (223.871) |  |  (228.562) |
| Multas Ativas |  |  |  369  |  |  369  |  |  -  |  |  -  |
| Multa por Descumprimento de Contrato (23.a) |  |  |  (5.674.457) |  |  (5.674.457) |  |  |  |  |
| Perda com Derivativos (23.b) |  |  |  (11.970.676) |  |  (11.970.676) |  |  |  |  |
| Outras despesas/receitas financeiras |  |  |  24.564  |  |  23.379  |  |  8.021  |  |  19.481  |
| **Total** |  |  |  **60.316.626**  |  | **10.423.171**  |  | **(24.115.819)** |  | **(158.823.664)** |

**23.a Multa por Descumprimento de Contrato**

No segundo trimestre de 2021, o saldo referente a conta de clientes no ativo, referente à prestação de serviços de gerenciamento do plasma de anos anteriores, foi baixado em junho de 2021, após a finalização da negociação com o Ministério da Saúde que culminou com a glosa financeira, devido a existência de medicamentos contratados e não entregues ou de plasma não fracionado, decorrentes da perda do certificado de Boas Práticas de fabricação, que impediram a distribuição dos medicamentos ou fracionamento do plasma enviado para fracionamento e que serão ressarcidos pelo transferidor de tecnologia à Hemobrás.

**23.b Perda com Derivativos (Contrato de Termo de Moeda Estrangeira)**

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebrou, no segundo trimestre de 2021, contrato de moeda “NDF – Non Deliverable Forward” devidamente registrados com bancos de primeira linha. O contrato foi para 25% da dívida em moeda estrangeira, que será líquida até o encerramento deste exercício. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2021 a Companhia tinha contrato de NDF no montante de US$24 milhões. O ajuste do valor justo desse contrato gerou uma perda não realizada de R$ 11,7 milhões no trimestre.

1. **RESULTADO LÍQUIDO DO TRIMESTRE**

No trimestre houve um acréscimo da Receita Operacional Líquida do medicamento fator VIII recombinante (não houve receita com medicamentos hemoderivados no trimestre em tela) e uma redução dos custos dos produtos vendidos. Houve ainda uma redução nas despesas operacionais administrativas, porém em virtude da variação cambial o resultado financeiro no trimestre ficou em (R$ 60,3 milhões), o que contribuiu diretamente para que o Resultado Líquido do Trimestre tivesse um lucro de (R$ 93,69 milhões).

1. **PARTES RELACIONADAS**
	1. **Membros Chave da Administração da Companhia**

Conforme determinado na alínea “e” do art. 1º da Resolução CGPAR/MP nº 3, de 31 de dezembro de 2010, informamos que, na data da elaboração destas demonstrações, a maior remuneração para um dirigente foi de R$38.760,75, e a menor de R$35.468,32, nelas computadas vantagens e benefícios. Para os empregados a maior remuneração foi de R$26.432,95, e a menor de R$3.745,75, também computadas as vantagens e os benefícios. A remuneração média no período foi de R$37.067,01 para os dirigentes e de R$11.116,53 para os empregados.

Atualmente, a maioria dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são partes relacionadas da Hemobrás. O Comitê de Auditoria estatutário é constituído em sua totalidade por membros independentes. A remuneração dos membros dos Conselhos e do Comitê de Auditoria é de um décimo do que, em média, percebem mensalmente os dirigentes.

Não há diferença entre remuneração dos membros dos colegiados que são partes relacionadas e os demais membros.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou quaisquer outros de longo prazo para a Administração e seus empregados.

* 1. **Transação entre Partes Relacionadas – União**

**Fornecimento de medicamentos ao Ministério da Saúde**

A União detém 100% do capital social da Companhia, sendo o único cliente da Hemobrás o Ministério da Saúde. As operações com medicamentos feitas entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde são realizadas a preços e condições definidas por meio de contrato, que levam em consideração os valores praticados no mercado internacional e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| Clientes a receber (Ministério da Saúde – União)  |  |  |  |  |
|  Ministério da Saúde – medicamentos hemoderivados |  | - |  | 6.266.248 |
|  Ministério da Saúde – medicamentos recombinantes |  | 85.751.039 |  | 103.769.544 |
| **Total** |  |  | **85.751.039** |  | **110.035.792** |

**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**

As movimentações ocorridas na conta de AFAC estão descritas na nota explicativa número 17.a.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | R$ 1 |
| **Descrição** |  |  | **30/06/2021** |  | **31/12/2020** |
| AFAC (União) |  |  | 246.024.392 |  | 276.010.108 |
| **Total** |  |  | **246.024.392** |  | **276.010.108** |

1. **PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS**

A Administração da Hemobrás continuará buscando a solução para os problemas mais urgentes, com atenção especial às questões voltadas à retomada do gerenciamento do plasma brasileiro, à continuidade das obras da fábrica de hemoderivados, à manutenção do cronograma da fábrica do medicamento fator VIII recombinante e à manutenção da PDP. A Administração igualmente manterá o constante e rigoroso controle orçamentário, com especial atenção às despesas, e persistirá na busca de solução viável para a proteção cambial do passivo em moeda estrangeira.

A Companhia manterá o foco em buscar atingir as metas estratégicas corporativas para os próximos anos, entre elas a produção de medicamentos na fábrica da Hemobrás, a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e o modelo de gestão e governança adequado aos desafios da Companhia.

A Hemobrás buscará índices de alavancagem e de viabilidade econômico-financeira que possibilitem a recomposição do precitado capital social e a garantia da continuidade normal de seus negócios.

A Hemobrás mantém parte significativa dos seus negócios com os transferidores de tecnologia, Baxalta GmbH e Baxalta Recombinante Sàrl e LFB S/A, sendo estes seus únicos fornecedores operacionais. A relação existente é meramente econômica e de transferência de conhecimento para produção nacional dos medicamentos feitos por cada transferidor e previstos contratualmente.

Atualmente, o Ministério da Saúde é cliente exclusivo da Hemobrás, o que resulta em dependência econômica e importante influência em sua continuidade operacional.

Em relação ao enfrentamento da COVID-19, a Hemobrás vem adotando ações tempestivas, visando mensurar e avaliar seus impactos. As ações foram definidas por meio de dois protocolos: a) **o Protocolo de Continuidade do Negócio**, objetivando garantir a execução dos processos e projetos críticos da Hemobrás, destacadamente a distribuição de Fator VIII recombinante, as obras da fábrica da Hemobrás e os projetos de Transferência de Tecnologia; e b) **o Protocolo de Resposta à Emergência**, que visa, principalmente, a prevenção e redução da transmissibilidade do novo coronavírus, bem como a salvaguarda da vida dos empregados da Hemobrás e respectivos familiares. Um Comitê de Crise também foi criado para avaliar diariamente os impactos da pandemia nos negócios da empresa e na saúde de todos os colaboradores.

A pandemia trouxe novas reflexões quanto à dependência dos países ocidentais em relação aos equipamentos e insumos médicos produzidos pela China. Essa questão apenas reforça a necessidade do Brasil reduzir a sua dependência. O projeto da Hemobrás evitará que o país venha a depender do fornecimento externo, pois produzirá os Hemoderivados necessários para atender a demanda do Sistema Único de Saúde que permitirá num futuro próximo reduzir, ou até eliminar a dependência da aquisição no exterior de medicamentos hemoderivados tais como: Albumina, Imunoglobulina, Fator VIII, Fator IX, Fator de *Von Willebrand* e Complexo Protrombínico.

Além da crise, sem precedentes, ter graves consequências para as questões ligadas à saúde da população, o caos provocado pela pandemia, que tem afetado e possivelmente continuará afetando o mercado financeiro em escala mundial, levou a bolsa de valores brasileira (B3) a ter perdas relevantes. As incertezas econômicas, políticas e a busca dos investidores por proteção, fez com que a moeda norte-americana se valorizasse, levando o Real a maior desvalorização desde sua implantação.

Em 30 de junho de 2021, a Hemobrás possuía passivos com fornecedores em moeda estrangeira (Dólar) que não estão protegidos por mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar riscos de perdas cambiais. A Administração tem conhecimento dos possíveis efeitos decorrentes da ausência de proteção e, para se resguardar, irá buscar proteger 25% da dívida em moeda estrangeira para diminuir os impactos cambiais no resultado líquido da Companhia.

Cabe esclarecer que devido a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil a Hemobrás deve manter 100% dos seus recursos em fundos extramercados, o que inviabiliza o uso de *hedge accounting* com instrumentos financeiros em moedas estrangeiras.

1. **OPERAÇÃO PULSO**

Em dezembro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a Operação Pulso, cuja intenção era investigar irregularidades em licitações e contratos de logística de plasma e hemoderivados vinculados à Hemobrás. As investigações também buscaram apurar a existência de fraude na construção da fábrica em Goiana-PE.

As investigações continuam sob condução da Polícia Federal e do Ministério Público Federal – MPF. Durante o exercício de 2017, esta estatal instituiu seis Processos Administrativos Disciplinares – PAD decorrentes de apontamentos ou recomendações de entidades externas (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, MPF e/ou Polícia Federal) e/ou da Auditoria Interna. Em 2017, o ex-presidente, que estava afastado, renunciou ao cargo.

Em 2018, houve o julgamento em primeira instância do primeiro processo. Como desdobramento da operação, o MPF-PE, ainda em 2018, apresentou nova denúncia referente a outro processo investigado na Operação Pulso.

No decorrer do segundo trimestre de 2021, não ocorreram novos fatos relacionados à Operação Pulso e a Hemobrás continua acompanhando as investigações e colaborando com as autoridades competentes.

A Companhia atua para sedimentar continuamente sua cultura de conformidade, fortalecendo o valor institucional “ética e integridade” com base nos seguintes dispositivos:

* Código de Conduta e de Integridade;
* Política de Proteção aos Denunciantes de Boa-fé;
* Política de Tomada de Decisão e Alçadas Decisórias;
* Normativa de Proteção aos Registros e Controles Contábeis.